



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Apelação Criminal nº: 0000077-30.1997.8.17.1080 (0294089-8)
Comarca: Paudalho
Vara: 1ª Vara Criminal
Apelante: Ministério Público de Pernambuco
Apelado: José Ferreira de Souza
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos
Procurador: Gilson Roberto de Melo Barbosa

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. RECURSO MINISTERIAL. HOMICÍDIO. TESE DE LEGÍTIMA DEFESA PRÓPRIA ACOLHIDA. DECISÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI QUE NÃO SE MOSTRA MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA A PROVA DOS AUTOS, EIS QUE ESCORADA EM SEGMENTO VÁLIDO DE PROVA CONTIDO NO PROCESSO. RECURSO DESPROVIDO. UNÂNIME.

- Os jurados, ao acatarem a tese de legítima defesa própria, fizeram-no com base nos depoimentos das testemunhas e do próprio acusado, que permitem concluir que o réu defendeu-se de agressão injusta e iminente contra sua pessoa.
- Assim, não se pode considerar o veredicto manifestamente contrário à prova dos autos, o que só seria possível caso não houvesse nenhuma prova a embasá-lo.
- Apelação desprovida. À unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0294089-8, em que são partes as acima mencionadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 16 de Junho de 2014, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório, voto, notas taquigráficas e demais peças que passam a integrar o julgado.

Recife, 18 de Junho de 2014.

Des. Fausto Campos

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

286
10

Apelação Criminal nº: 0000077-30.1997.8.17.1080 (0294089-8)
Comarca: Paudalho
Vara: 1ª Vara Criminal
Apelante: Ministério Público de Pernambuco
Apelado: José Ferreira de Souza
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos
Procurador: Gilson Roberto de Melo Barbosa

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de Apelação Interposto pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, contra decisão do Tribunal do Júri da Comarca de Paudalho, que absolveu o réu José Ferreira de Souza, ora apelado, da acusação da prática do crime de homicídio (art. 121, *caput*, do CP), contra Genildo Borges da Silva.

Apelo Interposto tempestivamente às fls. 249/254, no qual o *parquet* demonstra o seu inconformismo com a decisão vergastada. Postula a cassação do veredicto por considerá-lo manifestamente contrário à prova dos autos.

Contra-razões da defesa pela manutenção da sentença absolutória (fls. 262/270).

A Procuradoria de Justiça, em parecer da lavra do Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa, opina pelo provimento do recurso Ministerial (fls. 281/284).

Eis o importante a relatar.

À Revisão.

Recife, 02 de Maio de 2014.

Des. Fausto Campos

Relator



293

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Apelação Criminal nº:	0000077-30.1997.8.17.1080 (0294089-8)
Comarca:	Paudalho
Vara:	1ª Vara Criminal
Apelante:	Ministério Público de Pernambuco
Apelado:	José Ferreira de Souza
Órgão Julgador:	Primeira Câmara Criminal
Relator:	Des. Fausto Campos
Procurador:	Gilson Roberto de Melo Barbosa

VOTO

Narra a denúncia que, em 27/01/1997, por volta das 05h da manhã, na Rua das Cobras, neste Município, o denunciado, revoltado porque a vítima Genildo Borges da Silva estava, naquela noite, constantemente em seu encalço e cobrando-lhe uma dívida de R\$ 40,00 (quarenta) reais, sacou seu revólver calibre "38" e deflagrou três tiros na vítima, lesionando-a gravemente, vindo a falecer.

O Apelado foi submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri. Durante os debates em plenário, o Ministério Público requereu a condenação do Apelado, defendendo a tese de homicídio privilegiado, tendo o Conselho de Sentença, porém, acatado a tese de legítima defesa própria, resultando na absolvição do recorrido.

Verifica-se, daí, que os jurados, ao acatarem a tese de legítima defesa própria, fizeram-no com base nos depoimentos das testemunhas e do próprio acusado, que permitem concluir que o réu defendeu-se de agressão injusta e iminente contra sua pessoa.

Assim, não se pode considerar o veredicto manifestamente contrário à prova dos autos, o que só seria possível caso não houvesse nenhuma prova a embasá-lo.

Veja-se, a respeito, a doutrina de **SAULO BRUM LEAL**:

"Decisão manifestamente contrária à prova dos autos é aquela inteiramente destituída de qualquer apelo no processo, completamente divorçada dos elementos probatórios, que não encontra, enfim, amparo em nenhuma versão resultante da prova."¹

No mesmo sentido, os comentários de **GUILHERME DE SOUZA NUCCI**:

"O ideal é anular o julgamento, em juízo rescisório, determinando a realização de outro, quando efetivamente o Conselho de

¹ LEAL, Saulo Brum. *Júri Popular*. 4. Ed. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2001. P. 162.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Sentença equivocou-se, adotando tese integralmente incompatível com as provas dos autos".²

Ou seja, a afronta ao princípio constitucional da soberania dos veredictos somente pode ocorrer quando houver uma decisão completamente contrária a prova dos autos. Não é admissível, portanto, que quando houver duas versões, baseadas em fatos válidos e comprovados durante o processo, que seja admitida uma reforma na decisão do Conselho de Sentença, garantindo-se, portanto, a autonomia a Instituição do Tribunal do Júri.

Nesse diapasão, está o entendimento dos Tribunais Pátrios, verbis:

"APELAÇÃO CRIME. HOMICÍDIO PRIVILEGIADO. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. NÃO ACOLHIDO. Por disposição constitucional, a valoração da prova em processos da competência do Tribunal do Júri cabe exclusivamente aos jurados, cabendo a eles decidir quem disse a verdade e em que momento. E para tanto podem se valer de qualquer elemento, depoimento ou frase constante nos autos, pois decidem por íntima convicção, não estando, vinculados a critérios técnicos de apreciação da prova. **ERRO OU INJUSTIÇA NO TOCANTE À APLICAÇÃO DA PENA. ACOLHIDO. NEGARAM PROVIMENTO AO APELO FUNDANDO NA ALÍNEA "D" DO INCISO III DO ART. 593 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DERAM PROVIMENTO AO APELO MINISTERIAL FUNDADO NA ALÍNEA "C" DO INCISO III DO ART. 593 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.**" (Apelação Crime Nº 70015965510, 2ª Câmara Criminal, TJ/RS, Rel.: Lúcia de Fátima Cerveira, Julg. em 18/12/2007)

A testemunha Josefa Maria Marques, às fls. 105, declara:

"(...) Que da sua barraca via a vítima aperreando o acusado, que tinha uma banquinha de jogos de dados; que a vítima ficava o perturbando, apagando a luz do negócio dele e via sempre o acusado pedindo para que ela fosse embora, parasse de fazer aquilo e que não atrapalhasse porque aquele era o serviço dele (...)"

A decisão do Tribunal do Júri escora-se em segmento da prova contida no processo, não sendo passível de censura, portanto, o veredicto dos jurados.

² NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2002. pág. 855.



294

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Por outro lado, quanto ao uso moderado dos meios necessários para se defender, também não é possível censurar a decisão soberana.

Isso porque, pelo contexto probatório, o acusado, na iminência da agressão, visto que a vítima avançava contra ele, desferiu dois tiros na mesma, atingindo-a na perna direita e no tórax.

Não se pode censurar a decisão do Conselho de Sentença que, com base nesses elementos, entendeu que o réu usou moderadamente dos meios disponíveis de defesa.

Diferente seria se tivesse o acusado desferido inúmeros tiros contra a vítima e, ainda sim, os jurados houvessem admitido a moderação. Somente nesse caso seria o veredicto aberrante da prova dos autos.

Neste sentido, aliás, os seguintes precedentes deste Sodalício:

RECURSO DE APELAÇÃO. JÚRI. ABSOLVIÇÃO. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. A DECISÃO DOS JURADOS, ACATANDO A TESE DE LEGÍTIMA DEFESA, ENCONTRA AMPARO EM PARTE DA PROVA. DECISÃO ABSOLUTÓRIA MANTIDA. APELO DESPROVIDO. (TJ-PE - APL: 6000283 PE 186431-5, Relator: Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho, Julgamento: 22/08/2012, 3ª Câmara Criminal, Publicação: 158)

Isto posto, voto pelo desprovisionamento do apelo, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos

É como voto.

Recife, 16 de *Junho* de 2014.

Des. Fausto Campos
Relator



295

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0294089-8****APELANTE:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**APELADO:** JOSÉ FERREIRA DE SOUZA**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA**RELATOR:** DES. FAUSTO CAMPOS**REVISOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO**VOTO**

Resumidamente, o recurso de apelação interposto pelo representante do MP visa, tão somente, a **anulação da decisão do júri**, sob o argumento de que o **Conselho de Sentença do Tribunal do Júri da Comarca de Paudalho/PE decidiu de forma contrária aos autos ao acolher a tese de legítima defesa sustentada pelo apelado**.

Narra a denúncia que o apelado, em 27.01.97 na cidade de Paudalho, ceifou a vida da vítima GENILDO BORGES DA SILVA, mediante disparos de armas de fogo de calibre 38, que não suportando a gravidade dos ferimentos, faleceu em um Hospital da Região. O MP aduz que a motivação do crime se deu por conta da vítima estar em dívida com o apelado, no importe de R\$ 40,00 (quarenta reais).

Em suas razões recursais, a defesa do apelante argumentou que o Conselho de Sentença decidiu contrariamente às provas carreadas aos autos, nos termos do art. 593, III, "d" do Código de Processo Penal.

A Procuradoria, em seu parecer, opinou pelo provimento do apelo, e consequentemente, pela necessidade da realização de um novo júri.

Como é cediço, para o acatamento do presente recurso, faz-se necessário observar se houve *error in iudicando*, por decisão arbitrária dissociada da prova carreada para os autos.

Registro que o julgamento feito pelo Tribunal do Júri somente é passível de ser anulado se a decisão tomada afrontar as provas colhidas na instrução, pois a soberania assegurada pelo texto constitucional deve ser respeitada.

No caso dos autos, quanto à autoria, analisando-se detidamente os autos, constata-se que há duas teses: a) a da acusação: execução do crime, motivada por dívida da vítima perante o acusado; b) e a da defesa: legítima defesa.

Com base nas provas constantes dos autos, o Tribunal do Júri, escolheu uma das teses existentes, tão somente.

In casu, o conselho de sentença, analisando o conjunto probatório, acolheu a tese da defesa e concluiu que o apelado reagiu em defesa à injusta provocação da vítima.

Relativamente ao princípio constitucional da soberania dos veredictos, a orientação jurisprudencial de nossos Tribunais Superiores é uníssona no sentido de que só há decisão manifestamente contrária à prova dos autos quando se evidencia absolutamente alheia aos elementos de convicção constantes do processo. Senão vejamos os seguintes arestos do Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL E PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. MOTIVO FÚTIL. TRIBUNAL DO JÚRI. CONDENAÇÃO. JULGAMENTO CONTRÁRIO ÀS PROVAS DOS AUTOS. NÃO-OCORRÊNCIA.

1. Em razão do princípio constitucional da soberania dos veredictos, o Tribunal do Júri tem liberdade para escolher uma das versões verossímeis, ainda que esta não seja eventualmente a melhor decisão. 2. **Anula-se o julgamento proferido pelo Tribunal do Júri, com fundamento no art. 593, inciso III, alínea d, nas hipóteses em que a decisão do Conselho de Sentença é arbitrária, dissociando-se completamente da prova dos autos**, o que não ocorre quando os jurados, amparados pelo conjunto probatório existente, dão sua valoração subjetiva sobre a futilidade da conduta do acusado. Precedentes. 3. Recurso provido para, cassando o Acórdão recorrido, restabelecer a sentença condenatória de primeiro grau STJ - RREsp 638003 / PR - 5ª Turma, Rel. Ministra Laurita Vaz, Data do Julgamento 27/02/2007.

Desse modo, a decisão dos jurados que acolhe uma das teses apresentadas pelas partes não pode ser considerada como manifestamente contrária à prova dos autos.

Destarte, é cediço que a possibilidade de modificar as decisões proferidas pelo Júri Popular insere-se no campo da excepcionalidade, se for constatado que tal decisão revela-se arbitrária, divorciada completamente dos elementos de prova angariados no feito.

Não obstante, no exercício dessa prerrogativa, o Conselho de Sentença se compromete, apenas, aos ditames de sua consciência e da Justiça, consoante disposição do art. 472



297

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

do Código de Processo Penal, tendo formado sua decisão com base nas provas trazidas aos autos. Sua decisão só poderá ser anulada se não encontrar respaldo algum no acervo probatório constante do caderno processual.

O que no presente caso não ocorreu, uma vez que todas as provas clamam pela absolvição do recorrente.

Inclusive, vale destacar o mau comportamento da vítima e suas injustas provocações contra o apelado, conforme consignado pela testemunha JOSEFA MARIA ALVES de fls.105:

Que no dia do fato viu realmente a vítima ligar e desligar várias vezes a luz da barraquinha do acusado e este sempre pedindo para que ela parasse com aquilo. Que como sempre colocava banco nas festas, conhecia anteriormente a vítima e o acusado também que sempre bancava jogo de dados. Que o acusado era uma pessoa boa, trabalhadora e a vítima era perturbador, gostava de tirar o juízo das pessoas, era dado a confusões. É duro de dizer, mas tem que dizer.

Desse modo, a decisão dos jurados que acolhe uma das teses apresentadas pelas partes não pode ser considerada como manifestamente contrária à prova dos autos.

Pelo exposto, **NEGO PROVIMENTO AO APELO**, nos termos da fundamentação supra.

Recife, 16 de Junho de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto**Revisor**